

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 68/2021
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0909-0022/2021
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 005 – PE 68/2021

Pelo presente instrumento, que entre si celebram, de um lado, **O MUNICÍPIO DE PILAR**, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob o nº 12.200.150/0001-28, com sede administrativa na Praça Floriano Peixoto, s/n, Centro, Pilar/AL, neste ato representado pelo Chefe do Poder Executivo Municipal, **RENATO REZENDE ROCHA FILHO**, brasileiro, casado, advogado, inscrito no RG 99001228624 SSP/AL e no CPF de nº 037.492.714-61, considerando o julgamento da licitação na modalidade de Pregão, na forma eletrônica, para **REGISTRO DE PREÇOS** nº 68/2021, Processo Administrativo nº 0909.0022/2021, **RESOLVE** registrar os preços da empresa indicada e qualificada nesta ATA, de acordo com a classificação por ela alcançada e nas quantidades cotadas, atendendo às condições previstas no Edital, nos moldes da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas alterações e do Decreto Federal nº 7.892/2013, de 23 de janeiro de 2013, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da Ata é o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS E EVENTUAIS AQUISIÇÕES DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS**, especificado no Termo de Referência anexo ao Edital de Pregão Eletrônico nº 68/2021, que é parte integrante da Ata, assim como a proposta vencedora, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidade, o fornecedor e as demais condições ofertadas na proposta são as que seguem:

LOTE 05		CARNES E FRIOS				
EMPRESA:		MR DA SILVA VIEIRA ALIMENTOS EIRELI - EPP				
CNPJ: 20.374.994/0001-13		TELEFONE: (82) 99994-7879		E-MAIL: carnesvieira.mv@gmail.com		
ENDEREÇO:		Avenida Antônio Custodio Porto, 602, Centro, São Sebastião/AL.				
ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	UNIDADE	QUANTIDADE	MARCA	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
1.	CARNE BOVINA RESFRIADA COM OSSO – ACÉM, SEM GORDURA, EMBALADA A VÁCUO EM PLÁSTICO TRANSPARENTE ATÓXICO, COM CAPACIDADE PARA 5 KG, EMBALAGEM SECUNDÁRIA DE PAPELÃO.	KG	1550	FRIBOI	R\$ 24,75	R\$ 38.361,42

Pilar
PREFEITURA*Mudança que a gente vive*FL N° 1351
CPL PILARMR DA SILVA
VIEIRA
ALIMENTOS
EIRELI:20374994
000113Assinado de form
digital por MR DA
SILVA VIEIRA
ALIMENTOS
EIRELI:20374994C
0113

2.	CARNE BOVINA RESFRIADA COM OSSO – CHAMBARIL EMBALADA A VÁCUO EM PLÁSTICO TRANSPARENTE ATÓXICO, COM CAPACIDADE PARA 5 KG, EMBALAGEM SECUNDÁRIA DE PAPELÃO.	KG	3000	FRIBOI	R\$ 24,26	R\$ 72.792,00
3.	CARNE BOVINA MOÍDA DE PRIMEIRA QUALIDADE, CONGELADA, ISENTA DE GORDURA, COM ASPECTO INERENTE A CARNE BOVINA CONFORME A LEGISLAÇÃO DA ANVISA, DEVERÁ CONTER SIF. EMBALAGEM PRIMÁRIA: PACOTE PLÁSTICO ATÓXICO, TRANSPARENTE, RESISTENTE COM PESO DE 1 KG. A VALIDADE DO PRODUTO DEVERÁ SER DE NO MÍNIMO TRÊS MESES A PARTIR DA DATA DE ENTREGA.	KG	8720	FORTB OI	R\$ 13,87	R\$ 120.903,67
4.	CHARQUE – CARNE DE GADO, TIPO CHARQUE, DIANTEIRO, SEM GORDURA, EMBALADO A VÁCUO, PELO PRÓPRIO FABRICANTE EM EMBALAGEM PLÁSTICA FLEXÍVEL, ATÓXICA, COM 500G OU 1 KG, RESISTENTE, SEM PERDER A SUA INTEGRIDADE, IDENTIFICANDO O FABRICANTE, A DATA DE FABRICAÇÃO, O CONTEÚDO, O PESO LÍQUIDO E O PRAZO DE VALIDADE, DE ACORDO COM A LEGISLAÇÃO VIGENTE.	KG	4050	ANGL O	R\$ 27,73	R\$ 112.307,72
5.	CARNE BOVINA RESFRIADA SEM OSSO (PEÇA) – ACÉM, SEM GORDURA, EMBALADA	KG	10.050	FRIBOI	R\$ 24,96	R\$ 250.819,86

	A VÁCUO EM PLÁSTICO TRANSPARENTE ATÓXICO, COM CAPACIDADE PARA 5 KG, EMBALAGEM SECUNDÁRIA DE PAPELÃO.					
6.	CARNE BOVINA RESFRIADA SEM OSSO (PEÇA) - PATINHO , SEM GORDURA, EMBALADA A VÁCUO EM PLÁSTICO TRANSPARENTE ATÓXICO, COM CAPACIDADE PARA 5 KG.	KG	5000	FRIBOI	R\$ 27,73	R\$ 138.651,50
7.	CARNE BOVINA RESFRIADA SEM OSSO (BIFE) - PATINHO , SEM GORDURA, EMBALADA A VÁCUO EM PLÁSTICO TRANSPARENTE ATÓXICO, COM CAPACIDADE PARA 5 KG.	KG	2480	FRIBOI	R\$ 27,73	R\$ 68.771,14
8.	COXA E SOBRECOXA DE FRANGO - COXA E SOBRECOXA DE FRANGO REFRIGERADA, LIMPO COM ASPECTO, CHEIRO E SABOR INERENTE AO ALIMENTO. CARNE DE FRANGO DEVE SER ABATIDA SOB FISCALIZAÇÃO VETERINÁRIA. O PRODUTO DEVERÁ APRESENTAR SIF. A LEGISLAÇÃO ATUAL DA ANVISA DEVERÁ SER CONSIDERADA. EMBALAGEM PRIMÁRIA DE 1 KG. A VALIDADE MÍNIMA É DE 9 MESES A PARTIR DA DATA DA ENTREGA.	KG	8000	GUIBO N	R\$ 9,01	R\$ 72.098,40
9.	FILÉ PEITO DE FRANGO - CONGELADO, CARNE COM ASPECTO PRÓPRIO DA ESPÉCIE, NÃO AMOLECIDA NEM PEGAJOSA, DE COR PRÓPRIA, SEM MANCHAS ESVERDEADAS, CHEIRO E SABOR PRÓPRIOS DA ESPÉCIE.	KG	6580	SOMA VE	R\$ 13,17	R\$ 86.671,10
10.	FILÉ DE PEIXE, ESPÉCIE:		980	COSTA	R\$ 20,80	R\$



	PESCADA, APRESENTAÇÃO: CORTADO EM FILÉ, SEM PELE, SEM ESPINHAS, CONGELADO, UNIDADE DE FORNECIMENTO: EMBALAGEM COM PESO DE 1 KG. CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: ISENTO DE TODA E QUALQUER EVIDÊNCIA DE DECOMPOSIÇÃO, PRODUTO PRÓPRIO PARA CONSUMO HUMANO E EM CONFORMIDADE COM A LEGISLAÇÃO EM VIGOR.	KG		SUL		20.381,75
11.	FRANGO INTEIRO – CONGELADO, CARNE COM ASPECTO PRÓPRIO DA ESPÉCIE, NÃO AMOLECIDA NEM PEGAJOSA, DE COR PRÓPRIA, SEM MANCHAS ESVERDEADAS, CHEIRO E SABOR PRÓPRIO DA ESPÉCIE. EMBALADO INDIVIDUALMENTE EM SACOS PLÁSTICOS DE POLIETILENO ATÓXICO RESISTENTE, VEDADO COM APROXIMADAMENTE 3KG POR FRANGO, COM A MARCA DO FABRICANTE DO PRODUTO, DATA DE FABRICAÇÃO/LOTE E REGISTRO NOS ÓRGÃOS DE INSPEÇÃO SANITÁRIA.	KG	70.000	SOMA VE		R\$ R\$ 12,48 873.502,00
12.	LINGUIÇA CALABRESA DEFUMADA – PRIMEIRA QUALIDADE. DEVERÃO SER EMBALADAS EM EMBALAGEM PLÁSTICA FLEXÍVEL, ATÓXICA, RESISTENTE, TRANSPARENTE. DEVEM SE APRESENTAR SEM FORMAÇÃO DE CRISTAIS DE GELO, ÁGUA DENTRO DA EMBALAGEM E SINAL DE	KG	3050	ITALI		R\$ R\$ 17,33 52.860,77



	RECONGELAMENTO. DEVEM TER CONSISTÊNCIA FIRME, NÃO AMOLECIDA NEM PEGAJOSA. AS ENTREGAS DEVERÃO SER DE ACORDO COM O PEDIDO NOS LOCAIS E DATAS SOLICITADAS.					
13.	FÍGADO BOVINO - CONGELADO, MAGRO, EM SACOS DE POLIETILENO HERMETICAMENTE FECHADOS, DE 3 KG, ROTULADOS PELOS ÓRGÃOS COMPETENTES. SELO SIF/DIPOA.	KG	200	FRIBOI	R\$ 12,49	R\$ 2.498,20
14.	FILÉ DE PEIXE. ESPÉCIE: MERLUZA. APRESENTAÇÃO: CORTADO EM FILÉ, SEM PELE, SEM ESPINHAS, CONGELADO, UNIDADE DE FORNECIMENTO: EMBALAGEM COM PESO DE 1 KG, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: ISENTO DE TODA E QUALQUER EVIDÊNCIA DE DECOMPOSIÇÃO, PRODUTO PRÓPRIO PAR CONSUMO HUMANO E EM CONFORMIDADE COM A LEGISLAÇÃO EM VIGOR.	KG	500	BRAVO	R\$ 18,72	R\$ 9.358,95
15.	PRESUNTO COZIDO - PRESUNTO COZIDO, PRODUTO CÁRNEO INDUSTRIALIZADO OBTIDO EXCLUSIVAMENTE COM O PERNIL DE SUÍNOS, DESOSSADO, ADICIONADO DE INGREDIENTES, E SUBMETIDO A UM PROCESSO DE COZIMENTO ADEQUADO. DEVERÁ ATENDER A LEGISLAÇÃO DE ALIMENTOS DA ANVISA. A EMBALAGEM PRIMÁRIA DEVE SER DE PLÁSTICO	KG	568	REZEN DE	R\$ 17,33	R\$ 9.844,24



	ATÓXICO TRANSPARENTE PESANDO 1KG.					
16.	QUEIJO MUÇARELA - PRODUZIDO A PARTIR DO LEITE DE VACA COM CROSTA FIRME, SEMICONSISTENTE DE COR AMARELADA, HOMOGÊNEA, SABOR SUAVE E LEVEMENTE SALGADO. DEVERÁ ATENDER A LEGISLAÇÃO DE ALIMENTOS DA ANVISA. A EMBALAGEM PRIMÁRIA DEVE SER DE PLÁSTICO ATÓXICO TRANSPARENTE PESANDO 1 KG DE QUEIJO FATIADO FINO E EM PEÇAS RETANGULARES.	KG	1136	SERTÃO	R\$ 27,73	R\$ 31.501,62
17.	SALSICHA – TIPO HOT DOG, COM TEMPERATURA DE ATÉ 10C. PODERÁ CONTER, NO MÁXIMO, 2% DE AMIDO. AS CARACTERÍSTICAS GERAIS DO PRODUTO DEVERÃO OBEDECER A LEGISLAÇÃO SANITÁRIA. EMBALAGEM DE 3 KG.	KG	3760	RARA	R\$ 8,32	R\$ 31.279,82
18.	BEBIDA LÁCTEA – SABOR MORANGO EM EMBALAGENS PLÁSTICAS, DE 1 LITRO, REEMBALADA EM CAIXAS DE PAPELÃO RESISTENTE. VALIDADE MÍNIMA DE 30 DIAS. REGISTRO NO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E ALVARÁ DE LICENÇA SANITÁRIA.	LITRO	1000	VALE DOURO	R\$ 2,43	R\$ 2.426,40

VALOR TOTAL DA ARP: R\$ 1.995.030,55 (UM MILHÃO NOVECENTOS E NOVENTA E CINCO MIL TRINTA REAIS E CINQUENTA E CINCO CENTAVOS).

N

3. DO ÓRGÃO GERENCIADOR E PARTICIPANTES

3.1. O órgão gerenciador da Ata é a Secretaria Municipal de Assistência Social do Município de Pilar/AL.

3.2. São Órgãos Participantes:

a) Secretaria Municipal de Administração, Secretaria Municipal de Saúde, Secretaria Municipal de Urbanismo.

4. DA ADESAO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. Desde que devidamente justificada a vantagem, qualquer órgão ou entidade da Administração Pública poderá solicitar a utilização da presente ARP, durante sua vigência, independentemente da participação ou não na licitação sobredita, mediante anuência do órgão gerenciador, de acordo com o Decreto nº 7.892/13.

5. DA VALIDADE DA ATA

5.1. A presente Ata de Registro de Preços vigorará por um período de **12 (doze) meses**, contados a partir da sua assinatura, não podendo ser prorrogado.

6. DA ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO.

6.1. O prazo de entrega dos produtos é de 72 (setenta e duas horas), contados do recebimento da Ordem de Fornecimento, em remessa na forma determinada na Ordem de Fornecimento, seja única ou parcelada e no endereço também descrito na Ordem de Fornecimento.

6.2. No caso de produtos perecíveis, o prazo de validade na data da entrega não poderá ser inferior a 30 dias, ou a metade do prazo total recomendado pelo fabricante.

6.3. Os produtos serão recebidos provisoriamente no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência.

6.4. Os produtos poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência, devendo ser substituídos no prazo de 01 dia, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

6.5. Os produtos serão recebidos definitivamente no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

6.6. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

6.7. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

7. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

7.1. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

- 7.2. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos produtos recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
- 7.3. Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
- 7.4. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;
- 7.5. Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos.
- 7.6. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

8. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 8.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:
 - 8.2. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade;
 - 8.3. O objeto deve estar acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português e da relação da rede de assistência técnica autorizada, quando for o caso.
 - 8.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27 do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
 - 8.5. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Contrato, o objeto com avarias ou defeitos;
 - 8.6. Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
 - 8.7. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
 - 8.8. Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

9. DA SUBCONTRATAÇÃO

- 9.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

10. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

- 10.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos

na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

11. DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

11.1. Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

11.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.3. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

12. DO PAGAMENTO

12.1. O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

12.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

12.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal/trabalhista, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

12.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

12.5. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

12.6. Constatando-se, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no



MR DA SILVA Assinado de forr
VIEIRA digital por MR DA
ALIMENTOS SILVA VIEIRA
EIRELI:20374 ALIMENTOS
994000113 EIRELI:203749940
0113

mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

12.7. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

12.8. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

12.9. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

12.10. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

13. DO REAJUSTE

13.1. A CONTRATANTE poderá acrescentar ou suprimir até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, mantidas as mesmas condições estipuladas, sem que caiba à CONTRATADA qualquer recusa ou reclamação. (Art. 65, parágrafo primeiro da lei nº 8.666/93).

13.2. Não cabe reajuste, repactuação ou reequilíbrio econômico em relação à Ata de Registro de Preços, uma vez que esses institutos estão relacionados à contratação. No entanto, deverão ser observados os ditames dos artigos 17 a 21 do Decreto nº 7892/2013 que trata das situações "DA REVISÃO E DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS", conforme termos do edital da licitação.

13.3. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93, nos termos do art. 12, §1º do Decreto nº 7.892/13.

14. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

14.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

15. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

15.1 Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:

- 15.1.1 Inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;
- 15.1.2 Ensejar o retardamento da execução do objeto;
- 15.1.3 Falhar ou fraudar na execução do contrato;
- 15.1.4 Comportar-se de modo inidôneo;

Handwritten mark

- 15.1.5 Cometer fraude fiscal;
- 15.2 Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:
- 15.2.1 Advertência, por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;
- 15.2.2 Multa moratória de 5% (cinco por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 05 (cinco) dias;
- 15.2.3 Multa compensatória de 2% (dois por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;
- 15.2.4 Em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;
- 15.2.5 Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;
- 15.2.6 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;
- 15.3 As sanções previstas nos subitens 15.2.1, 15.2.5 e 15.2.6 poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.
- 15.4 Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:
- 15.4.1 Tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- 15.4.2 Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da contratação;
- 15.4.3 Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.
- 15.5 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993.
- 15.6 As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor do município, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa do município e cobrados judicialmente.
- 15.6.1 Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

15.7 Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

15.8 A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

16. DAS CONDIÇÕES GERAIS

16.1. Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em duas vias de igual teor, a qual, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelo Órgão Gerenciador e fornecedor e encaminhada, por cópia, aos Órgãos Participantes.

Pilar - Alagoas, 05 de janeiro de 2022.



.....
MUNICÍPIO DE PILAR/AL
ÓRGÃO GERENCIADOR
RENATO REZENDE ROCHA FILHO
PREFEITO

MR DA SILVA
VIEIRA ALIMENTOS
EIRELI:2037499400
0113

Assinado de forma
digital por MR DA SILVA
VIEIRA ALIMENTOS
EIRELI:20374994000113

.....
MR DA SILVA VIEIRA ALIMENTOS EIRELI - EPP
FORNECEDOR
MÁRTTON RUAN DA SILVA VIEIRA
REPRESENTANTE LEGAL